

TERESA ARRUDA ALVIM
EDUARDO TALAMINI
COORDENADORES

ARRUDA ALVIM
COORDENADOR CIENTÍFICO

A REGRA DA CORRELAÇÃO À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

DANIEL MENEGASSI ZOTARELI

CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO
PREFÁCIO

ANTONIO CARLOS MARCATO
APRESENTAÇÃO

Coleção

LIBERATION

**REVISTA DO
TREBUNAL**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO.....	9
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 - OS ELEMENTOS DA DEMANDA	
1.1. Ação e demanda – uma importante diferenciação	19
1.2. O conceito de demanda.....	28
1.3. Pedido.....	33
1.3.1. Certeza e determinação do pedido	34
1.4. Causa de pedir	37
1.4.1. Causa de pedir remota	39
1.4.2. Causa de pedir próxima	41
1.4.3. Teorias da substanciação e da individuação	43
1.4.4. Teorias da substanciação e da individuação no ordenamento jurídico brasileiro.....	47
1.5. Objeto do processo	54
1.5.1. Pretensão processual e <i>meritum causae</i>	54
1.5.2. Objeto do processo e objeto de conhecimento do juiz	60
1.5.3. Ainda o objeto do processo, o pedido e a causa de pedir.....	64
1.6. Partes	68
1.6.1. Conceito de terceiro	73
CAPÍTULO 2 - PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS E TUTELA JURISDICIONAL	
2.1. Atos materiais e pronunciamentos do juiz	75
2.2. Sentença.....	77
2.2.1. Elementos da sentença.....	82

2.2.1.1. Relatório	83
2.2.1.2. Motivação	84
2.2.1.3. Dispositivo	86
2.2.2. O conceito de sentença no Código de Processo Civil de 2015	88
2.2.3. Sentenças processuais e sentenças de mérito	90
2.2.4. Demais provimentos judiciais	93
2.2.4.1. Decisão interlocutória	93
2.2.4.2. Despacho	95
2.2.4.3. Pronunciamentos proferidos nos tribunais	98
2.3. Tutela jurisdicional	99
2.3.1. Direito à obtenção da tutela jurisdicional	102
2.3.2. Tutela jurisdicional e pedido	103
2.3.3. Tutela jurisdicional e provimentos judiciais	105
2.3.4. Modalidades de tutela jurisdicional	107
2.3.4.1. Classificação material	107
2.3.4.2. Classificação processual	110
2.3.4.2.1. Tutela meramente declaratória	111
2.3.4.2.2. Tutela condenatória	113
2.3.4.2.3. Tutela constitutiva	116
2.3.4.2.4. Tutelas mandamental e executiva <i>lato sensu</i>	117
CAPÍTULO 3 - A REGRA DA CORRELAÇÃO	
3.1. Concepção tradicional	124
3.2. Valores vinculados	129
3.2.1. Princípio dispositivo, princípio da demanda e inércia da jurisdição	129
3.2.2. Regra da eventualidade	134
3.2.3. Contraditório, ampla defesa, previsibilidade e segurança jurídica	136
3.3. Exceções	142
3.3.1. Pedidos "implícitos"	142
3.3.2. Demandas possessórias	144
3.3.3. Ações dúplices	145
3.3.4. Demanda de reconhecimento de paternidade	146
3.3.5. Fatos supervenientes	147
3.3.6. Resultado prático equivalente	150
3.3.7. A regra <i>iura novit curia</i>	154
3.4. Os vícios da incongruência	158

3.4.1. Decisões <i>ultra petita</i>	159
3.4.2. Decisões <i>extra petita</i>	160
3.4.3. Decisões <i>citra petita</i>	161
3.4.4. Nulidades insanáveis?	163

CAPÍTULO 4 - O PAPEL DESEMPENHADO PELA REGRA DA CORRELAÇÃO À LUZ DO REGIME INSTITUÍDO PELO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

4.1. O Código de Processo Civil de 1973	171
4.2. O posicionamento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça	174
4.3. O advento do novo diploma processual	178
4.4. O regramento instituído pelo Código de Processo Civil de 2015	181
4.5. O art. 322, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015	182
4.5.1. O fim da interpretação restritiva?	184
4.5.2. O conjunto da postulação	186
4.5.3. Ainda o conjunto da postulação	190
4.5.4. O princípio da boa-fé	203

CONCLUSÃO	211
------------------------	-----

REFERÊNCIAS	215
--------------------------	-----